

SINDICATO CRITICA ATRASO, SECRETÁRIO DESVALORIZA

Novo estatuto dos docentes ainda não entrou em vigor



AVELINO MENESES Secretário diz que ano letivo vai arrancar com estabilidade

Está desde março em tramitação e ainda não foi aprovado o novo Estatuto da Carreira Docente. O sindicato critica o atraso, o secretário desvaloriza.

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) critica o atraso na entrada em vigor do novo Estatuto da Carreira Docente. O secretário regional da Educação justifica a demora com a complexidade do documento.

“Decorre do facto de ser um documento que tem alguma complexidade técnica e que obviamente leva mais tempo em consideração do que diplomas menos complexos”, salientou Avelino Meneses, admitindo que a tramitação do documento esteja a ser “um pouco mais demorada do que é habitual”.

O secretário da Educação falava depois de uma reunião com a direção do sindicato, que alertou para a necessidade de os diplomas entrarem em vigor antes de janeiro.

“Para nós era importante que o diploma estivesse em vigor no mínimo antes dos concursos de janeiro,

porque traz alterações que permitirão a entrada de mais professores no quadro”, explicou António Lucas, do SPRA.

A proposta do novo Estatuto da Carreira Docente foi negociada com os sindicatos até março, altura em que a sua tramitação passou para a tutela da vice-presidência. O secretário regional da Educação disse ter expectativas, mas não a certeza, de que o documento seja aprovado em Conselho de Governo já no início de julho.

Ainda assim, segundo o sindicato, já não é possível que os diplomas entrem em vigor antes do arranque do ano letivo, porque os diplomas terão de ser aprovados na Assembleia Legislativa, o que terá implicações “ao nível dos horários, ao nível dos artigos que descontam o período de férias e ao nível da avaliação do desempenho”.

“Com a lei atual as escolas quando fazem os horários é com base em 25 alunos e com a entrada em vigor do estatuto será com base em 20. Para nós isso era importantíssimo que estivesse em vigor a quando da realização dos concursos”, salientou António Lucas.

O sindicalista espera que o estatuto entre em vigor “ainda este ano civil”, entre outubro e dezembro, mas considera que o executivo está em falta com o que prometeu.

“Havia um compromisso do Governo e até um compromisso pré-eleitoral, em 2012, de que a legislação da educação era para ser aprovada toda logo no início do mandato para depois ser consolidada nos anos seguintes. A verdade é que um diploma tão importante como o Estatuto da Carreira Docente está a ser aprovado no final do mandato”, frisou.

ATRASO SEM CONSEQUÊNCIAS

Para Avelino Meneses, o documento entrará em vigor no início do ano letivo e terá “aplicabilidade imediata”, não constituindo motivo para causar instabilidade no arranque das aulas.

“Estamos a trabalhar como trabalhamos o ano passado, para que tenhamos um arranque de ano letivo com relativa paz. Temos a expectativa de que isso efetivamente aconteça e não é a aprovação do Estatuto da Carreira Docente mais semana, menos semana, que vai alterar substancialmente tudo isso”, salientou.

O secretário realçou que o novo estatuto traz vantagens em comparação com o atual em comparação com o que existe no continente português, porque atualiza os índices remuneratórios, não prevê a existência de quotas para efeitos de progressão na carreira, coloca os docentes à margem do processo de requalificação e não contempla existência de uma prova de ingresso na profissão, por exemplo.

“Mais semana, menos semana, mais mês, menos mês, no próximo ano letivo os professores dos Açores terão um novo Estatuto da Carreira Docente, que é um novo estatuto muito vantajoso relativamente aquilo que existe”, frisou. ❏

SANDRO PAIM

Não deve haver frangos mais iguais do que outros

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo aconselha a empresa Açoraves a queixar-se à Inspeção Regional das Atividades Económicas (IRAC) e às autoridades da concorrência no caso de suspeita de dumping no abate de aves no Matadouro de São Miguel.

“É nosso entendimento, da Câmara do Comércio, que os empresários devem queixar-se aos dois organismos”, disse Sandro Paim, líder da organização de empresários, em declarações aos jornalistas.

A Açoraves é uma empresa privada e dedica-se ao abate de aves, sobretudo frangos, na ilha Terceira e ameaça fechar, mandando cerca de 30 trabalhadores para o desemprego, por não conseguir concorrer com os preços praticados no matadouro público de São Miguel. Com base nesses preços, os empresários de Ponta Delgada conseguem inundar o mercado açoriano de frangos e a preços que os empresários da Terceira consideram “sem concorrência possível”.

CASO ANTIGO

Segundo Sandro Paim, a Câmara do Comércio vem pedindo explicações ao Governo Regional desde 2010, mas sem sucesso. Em 2012, adiantou, o Governo prometeu fazer um estudo sobre o custo do abate de aves nos Açores, mas nunca deu conhecimento desse estudo aos empresários.

“Esta concorrência entre público e privados é inadmissível”, venceu Sandro Paim, antes de admitir que, no limite, os matadouros públicos deveriam abater aves em igualdade de circunstâncias em toda a Região. “Se acham que o emprego deve ser criado no setor público, é esse o caminho”, disse Sandro Paim nas declarações que prestou aos jornalistas. ❏



SANDRO PAIM Frangos iguais para todos.